



Senadores discutirão hoje reforma política com Dilma

Parlamentares estiveram ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, para tratar dos projetos em estudo no Senado



Vagner Carvalho

Com o objetivo de aprovar uma reforma política que tenha o respaldo dos três Poderes, senadores se reuniram ontem com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, e se encontrarão hoje com a presidente da República, Dilma Rousseff. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, os senadores também trabalham em sintonia com os deputados federais para que não haja “reforma de uma Casa contra a outra”. O Senado espera aprovar os primeiros projetos nas próximas semanas. **8**

Participam da reunião no Supremo Tribunal Federal (em sentido horário) Romero Jucá, Renan Calheiros, Ricardo Lewandowski, Sandra Braga, Marta Suplicy e Jorge Viana

Entidades apoiam pagamento por preservação ambiental

Em audiência, representantes do governo, dos produtores rurais, dos trabalhadores e da indústria pediram a regulamentação do chamado pagamento por serviços ambientais, previsto no Código Florestal. Por meio dele, os produtores que preservam as matas e os rios são recompensados. **6**



Instituto Chico Mendes/Bio

Dispositivo da lei sobre serviço ambiental espera regulamentação

Nova comitiva do Senado viaja para a Venezuela

Quatro senadores embarcaram ontem à noite para Caracas a fim de se reunir com representantes da oposição e do governo de Nicolás Maduro e defender a democracia no país. Na semana passada, outra comitiva havia estado na Venezuela, mas não saiu da área do aeroporto por causa de um bloqueio na estrada feito por simpatizantes do governo. **2**

Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Lindbergh Farias e Telmário Mota se preparam para embarcar em avião da FAB



Glauceine Lora/TV Senado

Para ministro, estado e município devem responder pela educação **5**

Projeto proíbe “contrabando” no texto das medidas provisórias **7**

Segundo pesquisa, jovem negro é maior vítima de homofobia **3**

Comissão de Valores Mobiliários defende regras para estatais **4**

Jovem Senador

senadogovbr/jovemsenador

O projeto **Jovem Senador** traz 27 estudantes de todo o Brasil para vivenciar a atividade legislativa, debatendo e propondo projetos de lei. É o Senado unindo experiência e juventude para fortalecer a cidadania.

Secom | Publicidade e Marketing

Nova comitiva terá agenda intensa na Venezuela

Quatro senadores da base governista visitam país vizinho para defender democracia. Eles se reúnem com partidos de oposição a Maduro, presidente da Assembleia Nacional e familiares de vítimas de guerrilhas

VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB-AM), Telmário Mota (PDT-RR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Roberto Requião (PMDB-PR) compõem a segunda comitiva externa do Senado que visita a Venezuela. Eles viajaram ao país vizinho ontem em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). O objetivo da visita, segundo Lindbergh, é conversar com representantes do governo e da oposição para entender a situação política da Venezuela. A comitiva vai defender a democracia, com eleições livres.

De manhã, os senadores vão se reunir com o Comitê de Familiares Vítimas das Guerrilhas — como são chamadas as ações de guerrilha no país vizinho. Está prevista também reunião com partidos de oposição, que acusam o governo de Nicolás Maduro de posições antidemocráticas. Depois, encontro com representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública.

À 17h, a comitiva vai se encontrar com o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, e com a ministra



Vanessa, Lindbergh, Telmário e Requião representam o Senado na segunda visita

de Relações Exteriores, Delcy Rodríguez. Os senadores retornam ao Brasil no fim do dia.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse esperar uma recepção civilizada. Segundo ele, a comitiva atual representa o Senado, assim como a anterior.

Primeira visita

No dia 18, um grupo de senadores — Agripino Maia (DEM-RN), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Aécio Neves (PSDB-

MG), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Petecão (PSD-AC), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e José Medeiros (PPS-MT) — desembarcou na Venezuela com a intenção de conversar com presos políticos. No entanto, a van que os conduzia foi parada por manifestantes e teve de voltar ao aeroporto, sem cumprir a missão.

No retorno ao Brasil, os senadores criticaram a Venezuela e o governo brasileiro, que, segundo eles, não apoiou a comitiva de forma devida.

Setor automobilístico pede apoio para superar crise

Dirigentes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) pediram na terça ao presidente do Senado, Renan Calheiros, apoio para que o setor automobilístico mantenha empregos e investimentos. Segundo o presidente da entidade, Luiz Moan, “é uma situação de crise, mas buscando a retomada do crescimento”.

— O quadro de incerteza, no ajuste fiscal inclusive, acaba atrapalhando a percepção das empresas da validade ou não do investimento produtivo — disse.

A indústria automotiva enfrenta diminuição na produção, nas vendas e nas exportações. Para 2015, a expectativa da Anfavea é de queda de 20,6% no licenciamento e de

17,8% na produção de veículos.

Segundo dados da entidade, de junho de 2014 a maio de 2015, foram produzidos 2,89 milhões de autoveículos (automóveis comerciais leves, caminhões e ônibus) — uma queda de 17,6% em relação aos 12 meses anteriores.

Renan assegurou o apoio do Congresso em esforços para a manutenção dos empregos.

Embaixador reforça convite para Renan visitar China

O embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, antecipou ontem as boas-vindas ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que deve visitar aquele país em setembro. O embaixador agradeceu a “recepção calorosa” dada, no Senado, ao primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, em maio,

e ao presidente da China, Xi Jinping, no ano passado. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da Frente Parlamentar Brasil-China no Senado, acompanhou o encontro.

O embaixador disse que, embora os investimentos chineses no Brasil estejam concentrados no Sudeste, há a intenção de

ampliá-los para o Nordeste e o Centro-Oeste. Empresários chineses devem vir ao Brasil para conhecer os potenciais de cada lugar. Ele acrescentou que o momento é de colocar em prática os vários acordos firmados entre os dois países. Em maio, o primeiro-ministro chinês assinou 35 acordos com o governo brasileiro.

Renan assinalou a parceria como forma de vencer as dificuldades econômicas e ajudar a alavancar os investimentos em infraestrutura. Ele destacou a viagem à Rússia, no início do mês, para encontro do Brics — grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — e a aprovação do Banco do Brics pelo Congresso.



Renan (C) e Flexa se reuniram com Li Jinzhang (E), que falou de investimentos

Senadores manifestam pesar pela morte do cantor Cristiano Araújo

Senadores lamentaram a morte do cantor Cristiano Araújo, vítima de um acidente de carro na manhã de ontem, em Goiás. A namorada dele, Allana Coelho de Moraes, também morreu.

Os senadores do DEM de Goiás, Wilder Moraes e Ronaldo Caiado, manifestaram pesar às famílias.

— Goiás está de luto pela morte de um jovem cantor muito querido no estado. Um jovem criativo e inteligente. Sua morte chocou toda a população — disse Caiado.

Os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Hélio José (PSD-DF) se associaram aos votos de pesar.

Marco Legal da Primeira Infância vai ser debatido em seminário internacional

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, deputado Osmar Terra (PMDB-RS), convidou o presidente do Senado, Renan Calheiros, para participar do 3º Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, de 30 de junho a 2 de julho, na Câmara.

São esperados parlamentares e cientistas do Brasil e do exterior para debater o PLC 14/2015, de Osmar Terra, que

cria o Marco Legal da Primeira Infância. O texto, em análise no Senado, prevê políticas públicas para crianças do nascimento aos 6 anos. Segundo o deputado, o projeto complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, na época da sanção (1990), não havia pesquisas avançadas sobre essa fase da vida:

— O marco legal coloca isso em foco baseado em todas as pesquisas dos últimos 20 anos.

Senado ganhará espaço de apoio para servidores que vão trabalhar de bicicleta

Os servidores do Senado que usam bicicletas para ir ao trabalho podem ganhar infraestrutura básica de apoio. Foi aprovado ontem o PRS 19/2014, do ex-senador Inácio Arruda, que prevê a criação do Espaço do Ciclista,

com banheiros, chuveiros, armários e bicicletário seguro.

O espaço é uma reivindicação de servidores que participam do evento De Bike ao Trabalho, que incentiva empresas a estimular funcionários a usarem o transporte.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Agricultura familiar

8h Audiência pública debate ações para fortalecer a agricultura familiar. Entre os convidados, a presidente do Inbra, Maria Lúcia Falcón.

CDH Em Busca da Verdade

9h30 Audiência pública para lançamento do documentário *Em Busca da Verdade*, da TV Senado, sobre violações de direitos humanos averiguadas pela Comissão Nacional da Verdade.

CRE Relações Brasil-EUA

10h Audiência interativa com o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, para debater o estreitamento dos laços entre o Brasil e os Estados Unidos.

PROCURADORIA DA MULHER Arte

11h Lançamento da exposição *Subjetividade Feminina e Emancipação pela Arte*, no Salão Negro do Congresso.

PLENÁRIO Pauta trancada

11h30 A pauta está trancada pela MP 670/2015, que reajusta a tabela do Imposto de Renda.

PRESIDÊNCIA Audiência com Dilma

11h30 O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reúne com a presidente da República, Dilma Rousseff. Acompanham os senadores Romero Jucá e Jorge Viana. Às 12h30, preside a ordem do dia. Às 14h, recebe o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Jovens negros do sexo masculino que já foram violentados em casa são maioria, mostra levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Estudo mostra maiores vítimas de homofobia

NEGROS, JOVENS E do sexo masculino. Geralmente vítimas de discriminação e agressões psicológicas em sua própria casa, por vizinhos tão jovens quanto eles. Esse é o perfil da maioria das vítimas de violência por orientação sexual e identidade de gênero, apontado ontem em audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A partir de levantamentos feitos pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, os participantes revelaram os primeiros retratos das vítimas de homofobia.

— É preciso pensar em como fortalecer essa rede de proteção, criar um protocolo de denúncias. O Brasil carece de legislações que punam atos de preconceito motivados por orientação sexual e pela identidade de gênero — afirmou Juliana Gomes Miranda, da Secretaria de Direitos Humanos.

Crime de racismo

Um passo nesse sentido foi anunciado pela subprocuradora-geral da República



Em audiência conduzida por Marta (C), Debora Diniz, da UnB, afirma que ações de combate não podem ser isoladas

Ela Wiecko. Esta semana, o procurador-geral, Rodrigo Janot, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo que a homofobia e a transfobia devem ser julgadas como crime de racismo.

A criminalização do preconceito, no entanto, não deve avançar como ação isolada no combate à homofobia, alertou Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília.

— Não há como criminalizar, mas deixar de fora a educação,

evitando o debate nas escolas. Assim como também não é possível ignorar as diversas formas de família já existentes — explicou.

Debora citou casos reais de vítimas de homofobia e emocionou o público ao cobrar ações concretas de combate à violência.

O presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Carlos Magno Silva Fonseca, leu o documen-

to assinado esta semana em Brasília durante um seminário de entidades de defesa dos direitos GLBT. Batizado de Carta de Brasília, o texto afirma que, nos últimos anos, tem havido no país o crescimento de forças reacionárias que se opõem aos avanços civis. O Brasil, alertou o documento, atravessa hoje um “verdadeiro tsunami reacionário”.

— O fundamentalismo religioso tem aumentando sua influência na esfera dos

Poderes Executivo e Legislativo. Temos que defender a laicidade do Estado e não admitir que a arena seja tomada pelos discursos morais e religiosos — disse Fonseca.

Marta Suplicy (sem partido-SP) informou que, apesar do arquivamento do projeto que criminalizava a homofobia (PLC 122/2006), ela apresentou emendas ao projeto que instituiu o novo Código Penal (PLS 236/2012), em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), voltando a tornar crime as discriminações por identidade de gênero.

Entre o público — presente na reunião ou participando pelos canais interativos — uma questão foi levantada: a interferência parlamentar na formação dos planos locais de educação, uma das etapas para elaboração do Plano Nacional de Educação.

Segundo contaram participantes, prefeitos estariam sendo pressionados pelas bancadas conservadoras do Congresso a não incluir o debate sobre questões de gênero nas escolas.

Órgãos para transplante terão prioridade em viagens

Os órgãos públicos civis e militares e as empresas públicas ou privadas que usem veículos de transporte, por via terrestre, aérea ou aquática, serão obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos para transplante e tratamento, assim como aos integrantes da equipe de captação e distribuição do material. É o que determina o substitutivo ao PLS 39/2014, aprovado ontem, em votação final, pela Comis-

são de Assuntos Sociais (CAS).

— O projeto disciplina o transporte de órgãos e regulamenta o que já é feito na prática — defendeu o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS)

Pelo texto, o transporte será gratuito. O projeto também diz que será classificado como justa causa um possível cancelamento de reserva de passageiro na aviação privada, em virtude de lotação esgotada, para o transporte de órgãos.

Transporte deve tornar-se direito social

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 74/2013, que inclui o transporte no rol dos direitos sociais, passou pela segunda sessão de discussão ontem. De autoria

da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), a proposta precisa passar por mais três discussões, em 1º turno. Em 2º turno, serão realizadas mais três antes da votação final.

Punição a empresa que não paga FGTS

Bancos públicos e privados poderão ser proibidos de conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios lastreados com recursos oficiais a pessoas jurídicas em débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). É o que prevê o PLS 184/2011, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem. A matéria segue para a Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), onde recebe decisão terminativa.

O autor da proposta, José Pimentel (PT-CE), argumenta que a atual legislação (Lei 9.012/1995) traz vedações somente às instituições públicas, o que viola os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. A ampliação da medida, portanto, visa resguardar a competitividade das instituições financeiras

públicas, como Caixa e Banco do Brasil.

O senador argumenta ainda que a ampliação da exigência de adimplência no FGTS incentivar a arrecadação e a regularidade das empresas tomadoras de empréstimos, preservando o patrimônio do trabalhador e os recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura, habitação e saneamento.

Idosos poderão ter cota habitacional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo ao PLC 52/2011, que destina aos idosos a cota de 6% das unidades habitacionais de programas governamentais de moradia. Desse total, pelo menos 3% devem ser destinados aos idosos de

baixa renda.

O Estatuto do Idoso prevê reserva de 3% das habitações para idosos, sem especificar idade ou renda mínima. O texto da Câmara manteve o percentual, mas determinou a idade mínima, 60 anos, e a faixa de renda, de até três salários mínimos de rendi-

mento familiar mensal. O substitutivo garante a reserva de residências em todos os programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

— Em 1 milhão de residências, 60 mil têm prioridade — esclareceu o relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Ana Amélia quer regulação da regra que financia caminhões

Ana Amélia (PP-RS) cobrou do BNDES a regulamentação da norma que prorroga, por 12 meses, o vencimento de parcelas relativas ao financiamento de caminhões. Ela lembrou que, enquanto o BNDES não regulamenta a matéria, as prestações do financiamento dos caminhões no banco continuam vencendo.

— São quase cinco meses de espera. Eu penso que a equipe técnica do BNDES está qualificadíssima para fazer isso. Presidente Luciano Coutinho, por favor, lembre-se dessa questão política, desse entendimento, desse acordo com os caminhoneiros.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Vanessa pede ao governo que atenda grevistas da Suframa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu ao governo federal que aceite a reivindicação dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que querem a atualização do plano de cargos e salários da categoria.

Essa paralisação, de acordo com a senadora, já causou um prejuízo de quase R\$ 500 milhões ao comércio e de aproximadamente US\$ 150 milhões à indústria.

— Todos os servidores do governo federal tiveram atualização dos seus planos de cargos e salários, os servidores da Suframa não tiveram. Quero hipotecar o meu apoio à justiça dessa reivindicação — afirmou a senadora.

Medeiros cobra medidas para reforma agrária eficiente

José Medeiros (PPS-MT) disse que a falta de comprometimento do governo federal em desenvolver uma política séria para a reforma agrária vem prejudicando brasileiros em todo o país.

“Milhares de brasileiros são relegados pelo Estado, e as famílias fixam-se nessas terras e dão início ao trabalho produtivo, mas sem a garantia de propriedade das terras, uma vez que o processo de titularidade é moroso”, disse.

O senador entende que a política agrária não tem avançado como deveria, o que obriga o governo a repensar o modelo adotado pelo Incra.



Moraine Mouriz/Agência Senado

Capiberibe apoia aplicativo sobre gastos públicos

Em pronunciamento no Plenário, o senador João Capiberibe (PDT-AP) apoiou a decisão do governo do Distrito Federal de lançar o aplicativo para celulares Siga Brasília, que mostra as despesas e receitas públicas, a remuneração de servidores públicos e a escala dos profissionais de saúde.

O senador explicou que as informações estão organizadas de maneira simples e vão ajudar o cidadão a controlar e fiscalizar os gastos públicos do governo do Distrito Federal.

— É um serviço de excelente qualidade que o governo do Distrito Federal presta à comunidade. Para combater a corrupção, para combater os desvios de conduta na condução do estado é necessário cada vez mais transparência e que o cidadão tome a iniciativa de ajudar a controlar — disse.

De acordo com o senador, o cidadão “é o dono do dinheiro” e “contribui para o sustento do estado”.

Ferraço pede sanção da Lei da Mediação

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que a sabatina de indicados para o Conselho Nacional de Justiça ontem deixou claro que o país precisa de soluções criativas que garantam mais rapidez à Justiça, que tem hoje mais de 90 milhões de processos aguardando julgamento.

Ele lembrou que o Senado já votou várias propostas com esse objetivo, como a reforma do Código de Processo Civil. Outra proposta de autoria dele, já analisada, institui a mediação judicial e extrajudicial na solução de conflitos. O senador explicou que, na mediação, as partes envolvidas são ajudadas por um mediador para chegar a um consenso. Aprovada pelo Congresso, a proposta (SDC 9/2015) aguarda sanção presidencial.

— A Lei de Mediação se destina a ampliar as chances de sucesso nas tarefas do setor jurídico. Ao desafogar a Justiça por meio de acordos entre as partes, antes mesmo de decisão dos tribunais, estamos oferecendo mais Justiça ao cidadão — disse Ferraço, manifestando expectativa de que a presidente Dilma Rousseff sancione a lei o mais rápido possível.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Especialistas ouvidos na comissão encarregada de apresentar um projeto com regras mais rígidas para administração das empresas públicas destacaram papel das companhias na produção de riquezas do país

Lei das estatais favorecerá economia, aponta debate

A ADOÇÃO DE um marco legal das estatais terá uma repercussão positiva na economia e será referência às companhias que estão no mercado de capitais, visto que as empresas de governo respondem por parcela significativa do PIB.

Esse é o entendimento do diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Pablo Reiteria, que ontem participou de audiência pública sobre a Lei de Responsabilidade das Estatais na comissão mista encarregada de elaborar projeto sobre o tema. A CVM tem a finalidade de disciplinar o mercado de ações e é vinculada ao Ministério da Fazenda.

Para Reiteria, o marco legal deve ter como ponto de partida a Lei 6.404/1976, aplicada às sociedades de economia mista. A norma, afirmou, apresenta um espaço considerável de autonomia para o controlador e a administração, mas estabelece práticas legais e obrigatórias.

O diretor da CVM disse que o projeto deve estabelecer a diferenciação entre as sociedades de economia mista abertas e fechadas, além de respeitar as especificidades de cada órgão estatal de controle

e regulação, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a CVM, entre outros.

Segundo ele, para evitar o risco de interferência política excessiva, o objeto social das estatais deve estar identificado de maneira clara e precisa, de modo que não haja dúvidas quanto ao interesse público dessas empresas.

Daniel Sonder, representante da BM&FBovespa, contou que há 30 estatais listadas em oito setores, respondendo por 14,5% do valor das empresas negociadas e por 25% em média do valor diário comercializado na Bolsa de Valores de São Paulo. Ele disse que três premissas devem ser agregadas ao marco legal: a credibilidade, o alinhamento de interesses e o aprimoramento das informações dos controles internos e dos mecanismos de escolha e avaliação dos administradores.

O coordenador de Controle Externo do TCU, Arsênio Dantas, afirmou que o marco legal deve lançar luz sobre as estatais, tanto para dotá-las de segurança como para contribuir para fiscalização. Dantas disse, por exemplo, que muitos

conselhos de administração de estatais não exercem esse papel de fato. Segundo ele, os assuntos são muitos, as pautas são imensas e, não raras vezes, os membros não são assistidos adequadamente.

Presidente da comissão mista encarregada do marco legal, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), deve apresentar uma proposta para votação no colegiado no início de agosto. Tasso destacou a contribuição dada pelos especialistas.

— Vamos ouvir suas avaliações em relação ao controle de empresa estatal e a regulamentação da atividade no molde das grandes empresas de capital aberto e multinacionais, sem perder algumas características específicas de empresa pública, que tem que prestar contas aos órgãos governamentais, à opinião pública e ao Congresso Nacional.

A comissão foi constituída pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, com o objetivo de aumentar a transparência nas estatais.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo Jereissati (C), uma primeira proposta para a Lei de Responsabilidade das Estatais será avaliada em agosto

Profissão de instrumentador vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que regula a profissão de instrumentador cirúrgico. O texto segue para o Plenário.

O PLC 75/2014, do deputado George Hilton (PRB-MG), estabelece que o exercício da profissão é privativo dos que concluíram curso de instrumentação cirúrgica no Brasil ou no exterior, desde que o diploma seja revalidado no país. Também podem exercer a atividade os que já atuam na profissão há no mínimo dois anos, contados da data em que a lei entrar em vigor.

A relatora na CAS foi Marta Suplicy (sem partido-SP).

Relatório da MP do Futebol será votado com alterações

A comissão mista que analisa a MP do Futebol (MP 671/2015) reuniu-se ontem para debater o relatório do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) e decidiu votar o texto hoje, às 9h. O relator alterou a primeira versão do texto, acolhendo demandas que recebeu dos clubes.

Entre as mudanças, está a retirada da participação garantida de atletas nas eleições internas das federações. Na nova versão, é assegurada a representação dos atletas só nos conselhos técnicos.

Também foi reduzida a punição fixada para dirigen-

tes que incorram em gestão temerária, que passam a ficar inelegíveis por um período de 10 anos, em vez de 15 anos. Outra mudança importante é a flexibilização da exigência de Certidão Negativa de Débito da Receita Federal para que os clubes possam competir.

A intenção da comissão era votar o relatório na reunião de ontem. Mas o Plenário da Câmara cumpria ordem do dia no mesmo horário e o Regimento Interno não permite que as comissões deliberem durante a ordem do dia.

Valadares promete lutar contra veto

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou o veto de Dilma Rousseff ao artigo da Medida Provisória 665/2014 que garantia seguro-desemprego ao trabalhador rural desempregado sem justa causa que comprovasse ter recebido salário nos seis meses anteriores à dispensa ou ter sido empregado nos últimos 15 meses.

Valadares leu nota de repúdio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em que a entidade reclama da falta de diálogo do governo. O senador prometeu empenho pela derrubada do veto no Congresso Nacional.

— Estarei do lado, como sempre estive, dos trabalhadores. Daqueles que votaram em Dilma para presidente da República na minha Região Nordeste. E minha solidariedade ainda mais se evidencia porque em Sergipe quase 90% dos trabalhadores rurais serão prejudicados com esse veto.

Medeiros: novas regras para veículo irregular

José Medeiros (PPS-MT) defendeu a aprovação do PLC 24/2014, do deputado Laércio Oliveira (SD-SE), que altera as regras sobre retenção, remoção e leilão de veículos irregulares. Ele afirmou que, se aprovada, a proposta será a solução para a superlotação dos pátios com veículos apreendidos pelos órgãos de trânsito.

Medeiros é o relator do projeto, que também permite a doação de veículos e a venda de sucata abandonada. Ele lembrou que a superlotação dos pátios gera depreciação dos veículos e até o comprometimento da segurança pública e do meio ambiente.

Entre as mudanças propostas, destacou a redução de 90 para 60 dias do prazo para levar a leilão os veículos não reclamados, classificados como conservados ou sucata, e a desvinculação dos débitos dos veículos após seis meses em depósito.

— Estão lotados os pátios da Polícia Rodoviária Federal, dos Detrans, das guardas municipais e das PMs. Com esse projeto, com certeza vamos resolver um problema que acomete todos os municípios brasileiros — disse.

Janine elogiou iniciativa de Cristovam, mas ressaltou que União não conseguirá aplicar, de uma vez só, um mesmo padrão de qualidade às 197 mil escolas da educação básica

Só federalizar não resolve ensino, diz ministro

O MINISTRO DA Educação, Renato Janine, comentou ontem o projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que propõe a federalização da educação de base. Ele elogiou a iniciativa do senador, mas ponderou que a saída para melhorar a educação talvez não passe pela centralização da administração das escolas.

O projeto em questão é o PLS 320/2008, aprovado na terça-feira pela Comissão de Educação (CE). O texto autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a iniciativa segue direto para análise da Câmara dos Deputados.

Janine Ribeiro observou que a educação é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

— É melhor nós termos quase 6 mil municípios e 27 unidades da Federação engajados na questão da educação do que centralizar tudo isso a partir de Brasília — defendeu.

O ministro avaliou ainda que levaria um longo tempo para que a União assumisse a

responsabilidade das 197 mil escolas que compõem a rede pública de educação básica.

— A intenção do senador Cristovam é a melhor possível. Ele parte da ideia de nós termos uma educação brasileira de alta qualidade. Agora, a construção disso é lenta. Isso não se constrói de um momento só. A União tem algumas poucas escolas de educação básica que são federais, que são de alta qualidade, mas nós não podemos automaticamente aplicar esse padrão só pela federalização — afirmou.

Padronização

Para o autor da proposta, a federalização é o caminho para melhorar a estrutura física das escolas, garantir o atendimento de alunos em tempo integral e ainda eliminar as desigualdades remuneratórias e de carreira dos professores da educação básica das diferentes redes públicas de ensino.

— Não se trata de federalização, mas de adoção de escolas estaduais, distritais e municipais pelo governo federal. O Legislativo tem que provocar o governo a se manifestar sobre o assunto — defendeu Cristovam na sessão de ontem.



Janine reconhece boa intenção de Cristovam. Para senador, governo federal deveria adotar escolas estaduais e municipais



Pedro Franco/Agência Senado

Janine agradece Congresso por aprovar plano

A contribuição do Congresso ao Plano Nacional de Educação (PNE) foi destacada por Janine. O ministro visitou o presidente do Senado, Renan Calheiros, e agradeceu a aprovação do texto, há um ano em vigor.

O plano prevê que, até o fim da vigência, o governo aplique pelo menos 10% do PIB no setor. Outra exigência é que os estados e municípios elaborem os próprios planos de educação. Pelo PNE, todos deveriam ter leis sancionadas até ontem.

Segundo o Ministério da Educação, mais da metade dos municípios brasileiros, porém, não conseguiu concluir a discussão dos planos. Entre os estados, só quatro cumpriram a obrigação. Janine disse não estar preocupado com o atraso. Para ele, é mais importante que as leis sejam resultado de ampla discussão:

— Na medida em que cada cidade e cada estado formou comissões, discutiu com a sociedade e chegou à lei, isso já

indica um engajamento.

A expectativa dele é de que ao menos metade dos estados e municípios tenham planos em vigor na segunda semana de julho.

O ministro também destacou a adesão da Universidade de São Paulo (USP) ao Enem e ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). No que diz respeito à greve em mais de 30 universidades públicas, Janine que o ministério está aberto ao debate.

Proposta cria carreira para professores da educação básica

Os profissionais do ensino básico poderão ser organizados em uma Carreira Nacional do Magistério Público da Educação Básica, financiada pelo governo federal. É o que propõe Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 80/2015, que começa a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com a PEC 80, a criação da Carreira Nacional do Magistério Público da Educação Básica esta-

belecerá um piso salarial para a categoria, que também contará com o benefício da progressão funcional, com base na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho dos profissionais. “Esta nova carreira tem o objetivo de promover a valorização dos professores e técnicos do ensino básico, inclusive, a partir da garantia de pagamento de melhores salários em nível nacional”, explica Bezerra.

Pela proposta do senador, o ingresso na carreira será exclusivamente me-

diante concurso público de provas e títulos. Os professores terão jornada integralizada em um mesmo estabelecimento de ensino e contarão com aperfeiçoamento continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para a capacitação.

A PEC permite que os profissionais da carreira nacional atuem em escolas das redes federal, estadual ou municipal, conforme normas de lotação definidas em regulamento. Programas de educação infantil e de

ensino fundamental também deverão ser mantidos por meio da cooperação técnica e financeira entre a União e os estados. “A efetiva participação do governo federal na organização e no financiamento da educação pública garantirá mais investimentos ao setor”, defende o parlamentar. “Os recursos serão destinados à melhoria da infraestrutura das escolas, aquisição de materiais didáticos e implementação de programas educacionais inovadores”, completa.

Benedito apoia curso profissional oferecido pelo Sistema S

Benedito de Lira (PP-AL) elogiou o Sistema S pela contribuição na formação profissional, qualificação, saúde, segurança no trabalho e na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Ele destacou a atuação das instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Institu-



Moreira Moritz/Agência Senado

to Euvaldo Lodi (IEL).

O sistema também foi apontado por ele como referencial no ingresso ao mercado de trabalho para várias categorias profissionais.

— O Sistema S representa a grandeza e o desenvolvimento do país pelo excelente trabalho em prol da educação, da formação profissional e da inserção social — concluiu.

Segundo Gurgacz, Rondônia investe na formação de docente

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que Rondônia tem investido não apenas em escolas, mas na capacitação dos professores e aperfeiçoamento da gestão escolar. Com isso, a educação no estado melhorou nos últimos anos, tanto que a nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas séries iniciais subiu de 2,6 em 2005 para 5,2 em 2013. Gurgacz defendeu



Marcos Oliveira/Agência Senado

o projeto que autoriza a União a instituir o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.

— O programa determina que o governo melhore a estrutura das escolas públicas e que os alunos das redes estaduais e municipais sejam atendidos em tempo integral.

Ferraço pede mais discussão sobre redução da maioria penal

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu que o presidente do Senado, Renan Calheiros, submeta à votação em Plenário recurso assinado por vários senadores para que a Proposta de Emenda à Constituição 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), seja debatida em Plenário. A proposta foi rejeitada por 10 votos a 8 na CCJ em fevereiro do ano passado.

Para Ferraço, que foi



Jefferson Rudy/Agência Senado

relator da matéria na comissão, a PEC consegue ser mais equilibrada do que a proposta em análise na Câmara dos Deputados.

— Fui relator daquela que considero a mais criteriosa proposta sobre o tema, porque reduz a maioria, sim, mas reduz com critério, com rito, com tipificação adequada. Cada caso é um caso, esta proposta é o caminho do meio



Senador Donizeti (C) coordena debate na CMA com Marcelo Arguelles (CNI), Devanir Garcia (ANA), Antoninho Rovaris (Contag) e João de Carli (CNA)

Debatedores apoiam compensação a produtor que preserva a natureza

Previsto no novo Código Florestal, o pagamento por serviços ambientais foi defendido por proprietários e trabalhadores do campo

REPRESENTANTES DO GOVERNO, dos produtores, dos trabalhadores rurais e da indústria apoiaram ontem, em debate no Senado, a proposta de pagamento por serviços ambientais (PSA), prevista no novo Código Florestal. Mas defenderam a ideia de que o mecanismo seja regulamentado sem aumento de impostos ou taxas. Essa foi a segunda audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O PSA é uma forma de compensar produtores rurais que adotam práticas de proteção ambiental, tornando essas tarefas mais rentáveis do que outras atividades econômicas.

Para João Carlos de Carli, assessor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o PSA deixará claro para a sociedade o viés preservacionista da atividade, que ainda não seria percebido nas áreas urbanas.

— A maior herança que um proprietário pode deixar para sua família é a terra fértil e produtiva e isso passa necessariamente pela preservação.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) Antoninho Rovaris disse que a entidade também apoia o PSA e que o órgão estará atento à proposta quando da discussão pelo Congresso.

Marcelo Arguelles, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avaliou que a regulamentação do PSA trará segurança jurídica e estabilidade para a participação do setor privado. Ele explicou que a entidade apoia uma normatização nos moldes do que já é feito para as áreas cultural ou de assistência a menores. A ideia, segundo ele, é que as empresas tenham incentivo fiscal e possam contribuir com o fundo financiador do mecanismo.

Representando a Agência Nacional de Águas (ANA), Devanir Garcia também acredita na efetividade do PSA.

— Precisamos criar estímulos e sermos parceiros de quem trabalha na agricultura. A visão de que economia e meio ambiente seriam incompatíveis não faz sentido — afirmou.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) defendeu o pagamento para as comunidades ribeirinhas que atuam em nascentes por todo o país. E o senador Donizeti Nogueira (PT-TO), que conduziu o debate, disse que o atual marco regulatório tem viés voltado para a cultura do “poluidor-pagador”. Para ele, o Brasil precisa aprender a focar na ótica do “provedor-recebido”.

— Já existe um marco regulatório para os poluidores e é natural que uma solução de mercado, como a que estamos buscando, de início provoque preocupações — afirmou.

Comissões vão discutir concessões de energia

Dificuldades do governo federal em renovar as concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram em 2017 serão tema de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI). Requerimento de Walter Pinheiro (PT-BA) pela participação da CI no debate foi aprovado ontem. O governo

decidiu prorrogar as concessões por 30 anos, mas o Tribunal de Contas da União ainda analisa o mérito.

Pinheiro explica que os contratos começam a vencer no próximo mês, “resultando em ambiente de incerteza e insegurança energética”, e sugere convidar o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga; o ministro do TCU

José Múcio; e dirigentes da Aneel, da Empresa de Pesquisa Energética e da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Também foi aprovado na CAE requerimento de Wellington Fagundes (PR-MT) para audiência pública sobre a viabilidade técnica e econômica da Hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê.

Texto sobre terreno de marinha terá nova votação

O Plenário aprovou ontem pedido de Romero Jucá (PMDB-RR) para que a proposta de emenda à Constituição que altera as regras de propriedade dos terrenos de marinha — faixas de terra às margens do litoral e dos rios navegáveis — volte para exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pelo texto (PEC 53/2007), os atuais terrenos

de marinha e acrescidos (originados de mangues), hoje de domínio exclusivo da União, passam também a ser de responsabilidade dos estados, dos municípios e de particulares.

Para Jucá, é preocupante que a PEC determine a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha àqueles que já os ocupam de forma gratuita.

— No momento em que se passa por um rearranjo das finanças públicas, entendemos que o tratamento dos terrenos de marinha deva levar em conta, ademais de questões fundiárias, a possibilidade de levantamento de recursos que contribuam para a manutenção dos investimentos estatais e dos programas sociais — argumentou.

Cristovam pede que obra de usina nuclear seja paralisada

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a paralisação das obras de construção da Usina Nuclear de Angra 3, no estado do Rio de Janeiro. O senador leu trechos de uma carta endereçada ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pedindo o encerramento imediato dessas obras.

A carta, explicou Cristovam, foi assinada por mais de 30 instituições e ONGs e mais de 190 cidadãos, incluindo o próprio senador. De acordo com o documento, o Brasil tem muito mais a ganhar incentivando as chamadas energias alternativas, como a eólica e a solar.

Raupp critica aumento da tarifa de eletricidade em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou o aumento da tarifa de eletricidade no estado dele, que é autossuficiente e um dos maiores fornecedores de energia do país.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Segundo o senador, o reajuste para a indústria em Rondônia, somente este ano, foi de 18%, prejudicando a competitividade. Por outro lado, ele elogiou a medida provisória que prorroga até 2037 o contrato da Chesf com indústrias eletrointensivas do Nordeste.

— Espero que o governo também tenha sensibilidade com a Região Norte do país — afirmou.

Pinheiro apoia MP que prorroga contratos da Chesf com empresas

Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou, em discurso na terça-feira, a Medida Provisória 677/2015, que prorroga para fevereiro de 2037 os contratos de prestação de energia às empresas do Nordeste eletrointensivas — aquelas com alto consumo. Os contratos venceriam em 30 de junho.



Moraes Maniz/Agência Senado

Pinheiro explicou que 75% da energia fornecida às empresas eletrointensivas vem da Chesf. Segundo ele, com a MP, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, também cumpre o compromisso de criação do Fundo de Energia do Nordeste.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Texto evita “contrabando” em medida provisória

Projeto de Walter Pinheiro apresentado ao Congresso cria regras para impedir a aprovação de emendas que não têm relação com o conteúdo original ou o objeto de uma MP

EMENDAS QUE TRATEM de matéria estranha ao texto original de uma medida provisória (MP) poderão ser suprimidas pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado durante a análise no Plenário de cada Casa. Isso é o que propõe projeto de Walter Pinheiro (PT-BA).

A Resolução 1/2002 do Congresso Nacional, que regulamenta o exame de MPs, já veda a apresentação desse tipo de emenda, também chamada pelos parlamentares de “contrabando legislativo” ou “jabuti”.

Pela regra atual, o poder de indeferimento cabe ao presidente da comissão mista que emite parecer prévio sobre a medida provisória. Mas a norma não tem sido suficiente para evitar os “contrabandos”.

Exemplo disso é a MP 668/2015, que gerou protestos de senadores e motivou consulta do presidente da Casa, Renan Calheiros, à Secretaria-Geral da Mesa, sobre como separar esses assuntos do texto original.

A MP 668/2015 integrava o pacote de ajuste fiscal do governo, alterando alíquotas

do PIS e da Cofins de bens e serviços importados, para proteger a indústria nacional. Os deputados incluíram emendas como a que autoriza a Câmara a fechar parcerias público-privadas (PPPs) para realização de obras públicas. Isso abriu a possibilidade de construção de um shopping nas instalações da Casa.

Para Pinheiro, “a prática de introduzir normas dissociadas do cerne do conteúdo das MPs assumiu proporções exageradas”. Pelo texto, o autor de emenda que for suprimida pelo presidente da Câmara

ou do Senado poderá recorrer, com apoio de 10% dos membros de uma das Casas, cabendo ao Plenário decidir por maioria simples.

No projeto que apresentou ao Congresso, Pinheiro define como matéria estranha aquela que não esteja diretamente relacionada ao conteúdo e objeto da MP, que não guarde relação de complementaridade, afinidade, pertinência ou conexão temática com a medida e que não apresente razões de urgência e relevância.

O senador propõe ainda alterar o prazo para apresenta-

ção de emendas, que passaria, dos seis dias atuais, a contar da publicação da MP no *Diário Oficial da União*, para cinco sessões do Plenário do Senado ou da Câmara.

Os “contrabandos” rejeitados poderão ser convertidos em projetos de lei. Além disso, a exclusão pelo Senado de dispositivo com tema estranho à MP, ainda que aprovado pela Câmara, não impedirá o envio à sanção do texto original da medida e das emendas pertinentes aprovadas em Plenário.

O projeto aguarda parecer da Mesa do Congresso.



José Pimentel, vice-presidente da CCI, entre Fabiano Martins e Fernando Mattos

Vão a Plenário indicações para o Conselho Nacional de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a recondução do consultor legislativo Fabiano Augusto Martins Silveira e a indicação do juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2015–2017. As indicações seguem, em regime de urgência, para votação no Plenário.

Incentivo à conciliação e à mediação para solução de conflitos, redução da maioria penal e adoção de medidas socioeducativas para jovens infratores, instituto da delação premiada, fortalecimento dos juizados especiais e das prerrogativas do CNJ foram assuntos levantados pelos senadores na sabatina.

Quando ao primeiro tema — mencionado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) —, ambos foram unânimes ao apontar a conciliação e a mediação como estratégias fundamentais para acelerar a resolução de disputas e desafogar o Poder Judiciário.

Assim como Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jader Barbalho (PMDB-PA), os indicados demonstraram dúvidas sobre a viabilidade da redução da maioria penal de 18 para 16 anos no combate à violência infantojuvenil, mas foram mais receptivos a ajustes nas medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA).

— Aumentar o tempo de internação previsto no ECA poderia ser uma solução — avaliou o juiz Fernando Mattos.

Sobre a delação premiada, abordada por Jader e Ana Amélia (PP-RS), tanto o consultor quanto o juiz comentaram que o instituto não pode ser negociado como alternativa à ameaça de prisão do investigado.

Questionados por Ronaldo Caiado (DEM-GO) sobre a importância dos juizados especiais, ambos os consideraram uma experiência exitosa, que merece ser incentivada.

— Os juizados especiais já receberam mais de três milhões de processos e as condenações impostas à fazenda pública, no âmbito da União, são superiores a R\$ 30 bilhões — comentou Mattos.

Sobre eventuais tentativas de redução das prerrogativas do CNJ, Fabiano Martins reconheceu, em resposta a Alvaro Dias (PSDB-PR), haver resistências ao órgão na cúpula do Poder Judiciário, até pelas recomendações moralizadoras que tem feito à magistratura:

— A legitimidade do CNJ depende do respaldo de suas ações junto à sociedade civil — afirmou.

Benedito de Lira (PP-AL) também participou da sabatina com questões relativas à atuação do CNJ.

Comissão aprova nome para direção de agência de transportes

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem a indicação de Marcelo Vinaud Prado para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Esse foi o quarto nome indicado para a agência sabatinado e aprovado pela CI em menos de 30 dias.

A agilidade na realização das sabinas e votações das indicações para as diretorias vagas nas agências reguladoras foi um compromisso assumido por Garibaldi Alves (PMDB-RN), ao ser eleito presidente da comissão. Segundo informou, estão com diretores interinos as Agências Nacionais do Petróleo (ANP), de Telecomunicações (Anatel) e de Aviação Civil (Anac). Já as diretorias das Agências Nacionais de Transportes Aquaviários (Antaq) e de Energia Elétrica (Aneel) estão completas.

Deficiências na fiscalização dos contratos de concessões de ferrovias e rodovias foram apontadas por Waldemir Moka (PMDB-MS) durante a sabatina. Como exemplo, o senador relatou as péssimas condições de ferrovia em Mato Grosso do Sul.

—A agência tem que ter papel de fiscalização e punição. Esperamos que a ANTT, com autonomia, exerça esse papel — frisou Moka.

No mesmo sentido, Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou

mais empenho na fiscalização e maior celeridade na concessão de rodovias e ferrovias:

— O Brasil está sendo engolido pela burocracia. O apelo que faço, além das fiscalizações das nossas ferrovias e rodovias, é pela celeridade nos processos licitatórios.

Marcelo Prado disse, em resposta a Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que as parcerias público-privadas podem preencher lacunas em situações onde uma concessão não é indicada. Ele também afirmou a Ronaldo Caiado (DEM-GO) que a agência atua para garantir respeito aos contratos firmados com a iniciativa privada.

Durante a sabatina, Telmário Mota (PDT-RR) e Hélio José (PSD-DF) criticaram a qualidade do asfalto das rodovias brasileiras e a falta de investimentos no transporte ferroviário. Sandra Braga (PMDB-AM) apontou problemas decorrentes da falta de harmonia entre os modais rodoviários e hidroviários.

Wilder Moraes (DEM-GO) e Lasier Martins (PDT-RS) elogiaram a trajetória profissional do sabatinado, citando manifestações de apoio à indicação. Prado é servidor efetivo da ANTT, onde hoje é superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas.



Marcelo Prado foi aprovado para a ANTT em sabatina dirigida por Garibaldi

Novas regras para sabinas no Senado

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Resolução (PRS) 27/2015, que altera regras para as sabinas nas comissões. Conforme a Constituição, o Senado precisa sabatar os indicados pelo Executivo para assumir cargos no governo, em tribunais ou em embaixadas. A matéria agora segue para promulgação.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), autor do projeto, argumenta que a arguição de candidatos a altos cargos da República representa “enorme responsabilidade para os senadores”. Por isso, diz, o exame dessas autoridades precisa ser aperfeiçoado.

O tempo para formular uma pergunta será agora de dez minutos, dobrando o tempo previsto na regra atual. A resolução também prevê a réplica e a tréplica imediatas, ao contrário das respostas em bloco que são feitas hoje. Na visão de Cássio, um “bloco de respostas” compromete a resposta individualizada do interpelado.

A matéria tramitava em regime de urgência. Assim, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou parecer diretamente no Plenário. Ele registrou que muitos senadores já passaram pela experiência de tentarem formular um questionamento e serem vencidos pelo tempo. Para o senador, as mudanças serão positivas.

— Essas mudanças valorizam as sabinas no Senado — disse Aloysio, ao votar pela aprovação da matéria.

Senadores destacam entendimento para votações da reforma política

Comissão do Senado que analisa o tema já se reuniu com presidentes do TSE e do STF e se encontra hoje com a presidente Dilma

HÁ UM CLIMA de harmonia entre os Poderes para avançar na discussão sobre a reforma política, em tramitação no Congresso. A avaliação foi feita ontem por Romero Jucá (PMDB-RR) e Jorge Viana (PT-AC) após reunião de um grupo de senadores com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Hoje, às 11h30, os senadores encontram-se com a presidente Dilma Rousseff para debater o tema.

Relator da comissão temporária da reforma política, Jucá disse esperar de Dilma uma visão sobre o tema que ajude na rápida aprovação da proposta. Afirmou ainda que o trabalho da comissão está sintonizado com a Câmara dos Deputados. Ele avalia que vigora no Congresso um esforço coletivo para entregar à sociedade mudanças na forma de fazer política e nos gastos eleitorais, além da reformulação dos partidos.

— Vamos cumprir nossa meta de votar essas matérias até 17 de julho. Seremos ousados e transformadores nessa questão das regras eleitorais.

Jucá disse que o encontro com Lewandowski foi proveitoso e que a iniciativa procurou integrar os Poderes, no sentido de ampliar a conversa sobre a reforma e a resolução de problemas e desafios.

Segundo o senador, o ministro ressaltou como questões importantes o financiamento de campanhas, em discussão no STF; a prestação de contas; e o voto impresso, já considerado inconstitucional pelo tribunal.

— O clima é de contribuição e de aperfeiçoamento do sistema político brasileiro — afirmou Jucá.

O presidente da comissão temporária de reforma política, Jorge Viana, também apontou a criação de um ambiente de entendimento para apreciar o tema, que considera complexo e necessário e que vem sendo cobrado pela sociedade.

Para Viana, o primeiro passo para o diálogo foi o encontro de terça-feira à noite, na casa do presidente do Senado,



Jucá, Renan e Viana concedem entrevista na saída do STF: clima de sintonia entre os Poderes

Renan Calheiros, reunindo o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, e líderes do Congresso.

— Com isso, criamos ambiente para termos um plano de trabalho. Não pretendemos fazer confronto no Senado e na Câmara. As matérias mais complexas que não tiverem consenso não podem ser votadas — afirmou.

Esforço conjunto

Renan também deixou claro que a reforma só vai sair se houver atuação conjunta da Câmara e do Senado, visto que as mudanças devem caminhar nas duas Casas.

— Nosso esforço é para que em nenhuma hipótese haja reforma de uma Casa contra outra. É preciso que tudo caminhe simultaneamente. Cabe ao Senado aprofundar o tema. Nós convidamos o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o relator, Marcelo Castro, para o encontro de ontem [terça-feira] à noite. Nós queremos recriar uma oportunidade para a revisão na Câmara — disse Renan.

A comissão que vai conduzir as discussões da reforma política é formada por 27 senadores e foi instalada na terça-feira. O encontro para definir as

ações do grupo reuniu a maioria dos líderes na Casa.

Além dos gastos com as campanhas, um dos pontos importantes da reforma política a ser analisada pelos senadores são as coligações partidárias. O líder do Democratas, Ronaldo Caiado (GO), já manifestou a intenção de acabar com a possibilidade de coligações nas eleições proporcionais, que são aquelas para a escolha de vereadores, deputados estaduais e deputados federais.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), também considera relevante o fim das coligações nas eleições proporcionais.

Para o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), o sistema político brasileiro não pode continuar convivendo com um número crescente de agremiações políticas.

A primeira reunião de trabalho da comissão de senadores está marcada para terça-feira. No encontro, Jucá vai apresentar plano de ação para que uma série de propostas possa ser aprovada até 17 de julho. Ao mesmo tempo em que há a urgência de aprovar normas já para 2016, a comissão terá um prazo mais extenso para analisar com mais profundidade as regras que valerão para a campanha de 2018.

Viana manifesta otimismo com trabalho de comissão especial

Jorge Viana (PT-AC) disse estar otimista com o início dos trabalhos da Comissão Especial da Reforma Política. Ele ressaltou o fato de que a comissão tem representantes de todas as forças presentes no Senado.

O senador avaliou que essa será “a reforma das reformas” e disse que os parlamentares precisam trabalhar no sentido da moralização da política, afastando o poder econômico das eleições.

— Temos o dever, a obrigação e a oportunidade de apreciar temas que possam ter relevância. Para isso, vamos ter que escolher bem, vamos ter que selecionar os temas que possam dar uma resposta à opinião pública.

Lasier quer mudanças nas campanhas e na atuação dos partidos

O senador Lasier Martins (PDT-RS) disse acreditar que mudanças nas regras da política podem ajudar o país a melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Ele afirmou que o cenário econômico e político atual exige mudanças que afastem os vícios, como corrupção e propagandas eleitorais enganosas.

Entre outras medidas, Lasier sugeriu a adoção do financiamento de campanha exclusivamente por pessoas físicas, o fim das coligações nas eleições proporcionais e a adoção da cláusula de barreira para impedir a criação de partidos sem programa.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Aloysio, índice de rejeição deve estar perturbando Dilma

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que Dilma Rousseff deve estar perturbada pelo maior índice de rejeição a um presidente desde a crise do governo Collor e pelas notícias ruins na economia.

Para ele, isso talvez explique o discurso que Dilma fez na abertura dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, quando ela usou a expressão “mulher sapiens” e disse ser a mandioca uma das grandes conquistas do país.

— As coisas vão se encaminhando, em 2018, para que tenhamos uma mudança política no Brasil — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aécio propõe lei para evitar publicidade enganosa de governos

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) anunciou a apresentação de projeto de lei para obrigar todos os governos, nas três esferas de poder, a disponibilizarem para a população uma página na internet com fontes e dados que fundamentem informações contidas em publicidades oficiais divulgadas por qualquer meio, como televisão, rádio, web ou jornal impresso.

De acordo com ele, a medida visa evitar a divulgação, por parte da administração pública, de informações que não procedem. Como exemplo, citou as justificativas apresentadas pelo governo federal para o aumento da conta de energia, que, na propaganda oficial, disse Aécio, foi apresentado como consequência da seca no país. Ele também criticou o governo por justificar cortes em direitos trabalhis-

tas sob a alegação de preservar esses mesmos direitos.

O projeto estabelece que o governante responderá por improbidade administrativa caso se constate que as informações por ele divulgadas são falsas. Garante, ainda, a publicação, nos mesmos veículos em que foi divulgada a publicidade oficial, de eventual decisão judicial que confirme a falsidade das informações. A proposta exige dos governos a divulgação dos veículos que publicaram a publicidade oficial, bem como os valores gastos para a produção e a veiculação da propaganda.

— O que nós estamos propondo é dar garantias aos cidadãos de que não serão, também na publicidade oficial, ludibriados — disse.

Aécio comunicou que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região — que



Segundo Aécio, objetivo é evitar que cidadãos sejam “ludibriados na publicidade oficial”

abrange 13 estados e o DF — deferiu liminar em ação que pede a retirada de publicidade oficial do governo sobre as medidas do ajuste fiscal. O juiz deu prazo de 72 horas para o governo retirar as comunicações, sob pena de multa.

Aprovada programação monetária da União para 2º semestre de 2014

Os senadores aprovaram ontem a programação monetária da União para o terceiro e o quarto trimestres de 2014. Lindbergh Farias (PT-RJ) foi o relator dos dois projetos (PDSs 231 e 232, de 2015) e recomendou que o Senado acatasse as propostas. Os textos seguiram para a Câmara.